

CAPÍTULO VIII

A História Política por meio da Imprensa: o *anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947)*

Faustino Teatino Cavalcante Neto

1. Imprensa e História Política: discussão teórico- metodológica

Pensar a possibilidade da escrita da história por meio das fontes impressas é destacar que tal instrumentalização é relativamente nova. A historiadora Tânia Regina de Luca observa que mesmo na década de 1970, em meio aos movimentos de reviravolta no fazer historiográfico, ainda eram poucas as pesquisas históricas que se valiam de jornais enquanto fonte, destacando ainda que se relutava em mobilizá-los para a escrita da história¹.

Cabe destacar que para essa situação colaborou a cultura historiográfica predominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, que tinha como meta de alcance a verdade dos fatos. “Para trazer a luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, além de distanciadas de seu próprio tempo”². Desse modo, os jornais não

¹ LUCA, 2006, p. 112.

² Idem.

se apresentavam como fontes que pudessem recuperar o passado, “(...) uma vez que os mesmos continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”³. Cabe destacar que as críticas a essa concepção já haviam sido realizadas na década de 1930, pela *Escola dos Annales*; contudo, isso não implicou no reconhecimento imediato da imprensa enquanto fonte, que continuou relegada à escuridão.

De todo modo, foi a partir das últimas décadas do século XX, com a Terceira Geração dos *Annales*, que a prática historiográfica alterou-se consideravelmente, quando então foram propostos “novos objetos, novos problemas e novas abordagens”⁴ que tenderam a ampliar o campo de trabalho do historiador. Em meio a tais mudanças, também se redimensionou a concepção de documento até então predominante, cujas bases foram pensadas e descritas pelo historiador francês Jacques Le Goff. É já um clássico o estudo de Le Goff sobre a questão do Documento/Monumento, que trata da revolução documental promovida pelos fundadores dos *Annales* e em que se questionam os fundamentos de uma Historiografia Positivista, ou seja, de uma ciência histórica com base justamente no documento escrito, erigido como prova de objetividade. Esta seria, pois, garantida pelo primeiro, ou mais precisamente, pela técnica de leitura do mesmo (com base nas ciências auxiliares como a paleografia, a diplomacia e a epigrafia). Para o positivismo, o que o documento ensina é o fundamento ou a prova do fato histórico. Ao conceito de documento, Le Goff opõe o de monumento – que significa fazer recordar, iluminar, instruir, e é utilizado pelo poder não como documento objetivo, mas como intencionalidade. Daí que, quando se utiliza o documento, se pretenda a uma inocência que ele não

³ LUCA, 2006, p. 113.

⁴ LE GOFF & NORA, 1995.

tem. Todo o documento é monumento, na medida em que se não apresenta a si mesmo, antes contém uma intencionalidade. “O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor ao futuro – querendo-o ou não – determinada imagem de si mesma. Em definitivo não existe um documento-verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”⁵.

A partir daí, modificou-se o tratamento dado ao *corpus* documental impresso, alterando-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam”⁶, mas também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. Assim, cabe ao historiador que for utilizar os jornais como fontes de pesquisas, em primeiro lugar, procurar saber quais influências sofriam tais órgãos de comunicação, observando as fontes de informação de uma dada publicação: sua tiragem, a área de difusão, as relações estabelecidas com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, etc.

Há de se registrar também que o “retorno”⁷ à História Política nos *Annales* se deu no interior de sua terceira geração, já por volta de 1976, renascendo com outras preocupações e com uma visão mais ampla, passando esta a assumir novamente um lugar de evidência na produção historiográfica, além de se propor a

⁵ LE GOFF, 1992, pp. 535-549.

⁶ PROST *apud* LUCA, 2006, p. 114.

⁷ Peter Burke considera estranho o uso da palavra *retorno*, uma vez que: primeiro, quando se trata de observar a negligência ao campo político a todo o grupo dos *Annales* das duas primeiras gerações, esquece-se da escrita de alguns historiadores – Marc Bloch com *Os Reis Taumaturgos* é um dos exemplos, assim como das escritas de Maurice Agulhon, François Furet, Ernest Labrousse, Michel Vovelle e Emmanuel Le Roy Ladurie, como membros do Partido Comunista Francês no pós-Segunda Guerra; segundo, porque esse retorno tem outro caráter, bem diferente do ponto de vista adotado pelos eruditos do século XIX. Cf. BURKE, 1997, p. 101.

dialogar com outras áreas das Ciências Sociais, como a Sociologia e a Antropologia⁸.

Desse modo, há alguns anos, a História Política, anteriormente tão rejeitada e criticada, sobretudo nas colocações da *Escola dos Annales* e do Marxismo (que a acusaram de ser factual, narrativa, vinculada à escola metódica, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado), tem mudado o seu perfil. A ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas, em termos de enfoques tradicionais, decaiu significativamente, sendo fundamental para isso a percepção da ação política como excedendo o campo do formal, do político-institucional.

Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão *Nova História Política* no interior do campo da História Cultural, apontando, assim, para uma retomada da História Política em termos de uma análise dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, enfim, fato que demonstra a vitalidade da política no interior da produção

⁸ Peter Burke periodiza que, entre o final dos anos 1960 e 1972 (ano da aposentadoria de Fernand Braudel), ocorreu a transição para a terceira geração dos *Annales*, a chamada *Nouvelle Histoire*, cuja grande novidade foi a abertura às novas temáticas (no nível cultural) – História das Mentalidades. Todavia, as formas de abordagens, herdadas da “Era Braudel” (nos níveis econômico e social), continuavam a privilegiar recortes temporais longos e a quantificação em larga escala. Apenas em meados da década de 1970 eclodiu uma reviravolta metodológica no interior da *Nouvelle Histoire* em reação ao uso do quantitativo no terceiro nível (cultural), promovendo-se uma “viragem antropológica”, um “retorno à política” e um “renascimento da narrativa”. Eis, assim, que surge a História Cultural. Sobre a crise da História das Mentalidades e o conseqüente surgimento da História Cultural ver também VAINFAS, 1997. Para um maior balanço sobre a passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos 1970 ver LE GOFF, 1972.

historiográfica⁹. O estudo do político vai compreender, a partir daí, não apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Estuda-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo. Pensa-se, agora, em termos de análises dos jogos/tramas políticos, das representações, das recorrências ao simbólico, além do corpo, das identidades, das emoções, etc., todos enquanto objetos fundamentais do “político”. Assim, a história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder (leia-se, do poder político) relacionado à renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica.

Ainda sobre o teor dos estudos da *Nova História Política*, Sandra Jatahy Pesavento discorre que estes

se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos

⁹ A possibilidade de uma *Nova História Política* resultou, também, de condicionamentos históricos: o advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos alvejados pela mídia; a tomada do acontecimento como notícia e a percepção aguda do caráter político das decisões governamentais; a universalização da burocracia e, como consequências disso, as decisões propriamente políticas recobram sua importância, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, das atitudes, dos comportamentos, das ideias e dos discursos. Cf. ARONOVITZ, 1992, pp. 151-176.

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social¹⁰.

Assim, enquanto a História Política do século XIX demonstrava uma preocupação com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), a *Nova História Política*, que começou a se consolidar a partir dos anos 1980, passou a se interessar também pelo “poder” em suas outras modalidades (que incluem também os micro-poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder ou do discurso, enfim).

Atualmente, a História Política consegue se livrar do estigma de “tradicional”, especialmente pelo leque de possibilidades interpretativas que lidam com as subjetividades humanas, intercambiando com a vastidão teórico-interpretativa da História Cultural. Através da *Nova História Política*, os acontecimentos de ordem política, antes delimitados por uma pretensa “objetividade” metodológica, agora se renovam e ganham uma nova dinâmica, baseada nas dimensões humana e/ou social, com um conjunto de representações e significados a serem interpretados e revisados.

Como observamos, essas renovações no campo da História Política se deram no sentido de apresentar “*novos objetos, novos problemas e novas abordagens*”, não deixando, é claro, de proporcionar também um redimensionamento na sua compreensão de fonte histórica. Desse modo, essa *Nova História Política* não poderia dispensar a imprensa enquanto fonte de pesquisa, uma vez que registra, cotidianamente, cada lance dos embates no palco do poder. Por meio das páginas de determinados jornais podemos perceber, por exemplo, os intensos debates políticos travados, as tensas relações de poder entre Estado e sociedade, bem como as

¹⁰ PESAVENTO, 2005, p. 25.

várias propostas de imposição de uma política cultural oficial (o que demonstra que essa fonte, tão próxima da História Cultural, uma vez utilizada para responder questionamentos do campo da História Política, pode render frutos significativos).

A historiadora Tânia Regina de Luca fornece algumas lições de método ao historiador que pretende utilizar o jornal como fonte para pesquisa, destacando que se deve ter em vistas a materialidade de tal impresso em sua época, do qual se deve observar o formato, o tipo de papel, a qualidade da impressão, as cores, as imagens. Diz também que, “as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de circulação”¹¹. Assim, é importante estar precavido para os aspectos que envolvem a materialidade dos jornais, que nada têm de natural. Tais aspectos apresentados enfatizam

(...) a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão de conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação da história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas¹².

No que diz respeito ao noticiário dos jornais, Maria de Lourdes Janotti observa que o mesmo

¹¹ LUCA, 2006, p. 131.

¹² Ibidem, p. 139.

(...) não se limita a uma simples constatação do vivido, entre o acontecimento e o texto publicado há diversos mecanismos de apreensão do real: o ponto de vista do reporter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha das imagens, espaço disponível e posição política do jornal¹³.

Nesse sentido, a autora assinala para o fato de que todos esses procedimentos “acabam por criar um outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com uma certa representação simbólica da realidade”. Desse modo, tal narrativa elaborada é “fragmentária, seletiva e subjetiva, contendo em si mesma uma versão própria dos acontecimentos condizente com condições tecnológicas e políticas que influem na concepção da apresentação gráfica jornalística”. Assim, o texto publicado e sua elaboração sempre estão de acordo com o perfil do jornal que os divulga em linhas gerais. Cabe ao pesquisador que trabalha com este tipo de fonte observar o que se tornou notícia, sendo sua tarefa perceber as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado acontecimento, o que, por sua vez, fornecerá pistas a respeito da leitura de passado e de futuro comum aos seus elaboradores. Desse modo, por mais comprometido que um jornal possa ser, ainda assim é uma fonte interessante, uma vez que trata das sensibilidades de um grupo jornalístico de uma dada época.

¹³ JANOTTI, 2008, p. 101.

2. Anticomunismo impresso: “*A União*” e “*A Imprensa*” na “redemocratização”¹⁴ paraibana de 1945

O processo político desencadeado com o fim da II Guerra Mundial possibilitou ares de democracia à sociedade brasileira. “Redemocratizado” o país, imediatamente as forças da esquerda brasileira começaram a se reestruturar em torno do PCB, completando o cenário político brasileiro na luta pelo poder. Nesse sentido, na Paraíba, o processo eleitoral advindo ensejou o embate de forças pela manutenção do poder por parte do governo e de sua conquista por parte de seus oponentes comunistas. É sobre este período que pretendemos evidenciar como o governo utilizou os jornais *A União* e *A Imprensa* como instrumentos de poder simbólico.

2.1. O processo eleitoral de 1945: repúdio, impugnação e combate ao comunismo

A “redemocratização” na Paraíba encontrava-se em marcha desde o início de março de 1945, processando uma campanha que trazia, de um lado, as oposições que ganharam as ruas proclamando o candidato Eduardo Gomes e a derrubada de Vargas em torno da União Democrática Nacional (UDN); e, do outro, a interventoria de Ruy Carneiro, que apoiava o general Dutra, líder do ainda situacionista Partido Social Democrático (PSD).

Durante esse processo a sociedade brasileira converteu-se em espaço aberto para o debate e para a discussão de propostas de

¹⁴ Ao longo de todo o ensaio, providenciamos aspear a palavra redemocratização por entendermos que as ações políticas que se seguiram a esse fato não podem ser compreendidas como sendo sinônimo de democracia, no sentido literal do termo.

desenvolvimento e de soluções para as crises e os conflitos sociais do Brasil. Na Paraíba esse fenômeno ficou representado pelo movimento estudantil¹⁵ que havia dado um passo à frente com a criação do Centro dos Universitários Paraibanos, instituição fomentada por Afonso Pereira¹⁶. José Octávio Mello descreve que este e alguns outros intelectuais paraibanos inspiravam a Sociedade de Cultura Musical a promover recitais acompanhados de exposições político-culturais. O antifascismo constituía o traço inerente dessas manifestações no primeiro quadrimestre de 1945 na Paraíba. Ao lado dos Grêmios Estudantis, constituíam-se em dinâmicas “instituições recreativas, culturais, filosóficas e religiosas, que passaram a dar um novo caráter ao Estado que já não era o mesmo de antes”¹⁷.

Em face dessa dinâmica, a interventoria de Ruy Carneiro, utilizando-se de nova tática, não partiu para a repressão, preferindo utilizar a estratégia da cooptação dessas entidades, mediante crescente inserção de seus representantes, nos respectivos quadros dirigentes do governo estadual. A fim de fortalecer-se mais, a interventoria cuidou em cooptar também os jornalistas

¹⁵ Em João Pessoa, realizavam-se, desde 1940, reuniões intermunicipais estudantis. “A mais importante destas, o Congresso Estudantil de 1942, nos Salões do Liceu Paraibano, Campina Grande compareceu com delegação liderada pelos colegiais Petrônio Figueiredo e Josmar Toscano Dantas. Na culminância desse processo, sobreveio o Centro Estudantil Campinense em que se apoiou Félix Araújo para as campanhas contrárias aos aumentos dos transportes, pão e cinemas, no período 1945/48”. Cf. *A UNLÃO*, 26 e 27 de julho de 2003.

¹⁶ Jornalista, ex-seminarista, professor do Seminário Arquidiocesano e do Liceu Paraibano, assim como oficial de reserva. Na Paraíba, foi o principal articulador cultural do pós-guerra, transitava fácil junto à chamada “Ala Moça”, que era constituída por Virgínius da Gama e Melo, Baldomiro Souto, Cláudio Santa Cruz, Dulcídio Moreira, João Neves, Pérciles Leal, Ivanisse Pessoa da Cunha e Margarida Lucena. Cf. MELLO, 2003, p. 119.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 119-120.

campinenses Hortêncio Ribeiro, Tancredo de Carvalho e Luiz Gil que, em certa ocasião, foram prestar homenagens ao governador no Parque Arruda Câmara, da capital paraibana. No entanto, esse processo de cooptação não se generalizou sobre a esquerda da Paraíba. Tanto é que os comunistas mantiveram-se próximos à UDN, que, no país, congregava o conjunto que fazia oposição à situação getulista.

Essa aproximação, contudo, foi efêmera. Quando, em abril de 1945, o novo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, substituiu a “colaboração” rooseveltiana com os soviéticos por uma aberta confrontação, assumindo assim o papel de “baluarte anticomunista”¹⁸, a Guerra Fria pôs-se a caminho; o que se revelou fatal para a “redemocratização” brasileira e também para a paraibana. Já no dia 24 desse mês e ano, os comunistas do Estado lançaram a União Socialista da Paraíba (USP), e, no dia seguinte, Luiz Carlos Prestes concedeu uma entrevista que provocou o início da cisão entre a UDN e os comunistas¹⁹.

Desgarrados do esquema de forças da UDN, os comunistas paraibanos buscaram espaço próprio e, a 21 de julho de 1945, instalaram seu Comitê Estadual. Essas tensões eram reflexos do plano internacional que, no Brasil, rapidamente envolveu o grupo dutrista pelo anticomunismo e, na Paraíba, foi essa a posição assumida tanto pelas forças da UDN como pelas do PSD.

No calor desses acontecimentos, a Igreja Católica paraibana – que mantinha relações umbilicais com as elites

¹⁸ MOTTA, 2002, p. 04.

¹⁹ O rompimento comunista com a UDN também fez decompor a Frente Única Estudantil Paraibana. “Em maio, a ala moderada de estudantes udeno-pessedistas de Vamberto Costa, Cláudio Santa Cruz, Virgínius da Gama e Melo, Fernando Milanez, Sílvio Porto e Ivan Pereira assumiu o controle do Centro dos Universitários Paraibanos, derrotando a facção (pró)comunista de Baldomiro Souto e Geraldo Baracuhy”. Cf. MELLO, 2003, p. 135.

dominantes, reproduzindo sua ideologia – logo se mostrou insatisfeita, conforme podemos comprovar pela leitura no Jornal *A União*, que lançou uma proclamação assinada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho²⁰ sentenciando que “os candidatos até esta data apresentados para a presidência da República são ambos dignos do sufrágio eleitoral dos católicos” (Jornal *A União*, 24 de Abril de 1945)²¹. Isso significava que a Liga Eleitoral Católica²² fazia restrição à candidatura presidencial pecebista. Na mesma edição, o padre Antônio Fragoso publicou um artigo, intitulado “*Católico e Comunista*”, de maniqueia distinção entre os dois campos.

²⁰ Nasceu em Cajazeiras no dia 08 de abril de 1877, ordenando-se em 1º de novembro de 1901. Com o falecimento de Dom Adauto, em 15 de agosto de 1935, passou a ser o segundo arcebispo da Paraíba, permanecendo como tal até o seu falecimento em 1959. Cf. TRINDADE, 2004, pp. 73-74.

²¹ Jornal estatal paraibano editado na capital. Fundado em 1893, no governo do então presidente da Província, Álvaro Machado, servindo, inicialmente, como órgão do Partido Republicano do Estado.

²² Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a fundação do PCB enfraqueceram visivelmente a influência tradicional do catolicismo. Para fazer frente a tais mudanças, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional. Foi com esse intuito que foram criados a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). Em 1932, com o objetivo de articular-se com o mundo da política, o grupo católico, tendo novamente à frente dom Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, batendo de frente com os candidatos da Liga Pró-Estado Leigo, os quais eram acusados de pertencer ao credo comunista e de ser inimigos dos ideais católicos. Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Morais Andrade.

Essa associação entre o poder político estabelecido e a Igreja Católica na Paraíba da “redemocratização” evidencia a entrada de mais um elemento na disputa pelo poder, uma vez que a Igreja, através do jornal oficial *A União*, começava a reforçar, com o discurso religioso, as posições políticas do poder instituído. Cabe aqui destacarmos o poder desempenhado por esse sistema religioso, já que muitas das matérias jornalísticas analisadas, em ambos os jornais, foram assinadas por membros da Igreja Católica paraibana e, como tais, expressavam ideias na forma de dogmas revelados.

Segundo Pierre Bourdieu, o poder exercido no sistema religioso é o poder simbólico “(...) poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem”²³. Para Bourdieu, este poder é quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder simbólico é capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento. Ao contrário da força bruta, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e creem nela, prestando-lhe obediência. Ainda segundo esse sociólogo, o poder simbólico é:

uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. As leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em particular, o trabalho de dissimulação e transfiguração que assegura uma verdadeira transformação das relações de força,

²³ BOURDIEU, 1989, pp. 07-08.

transformam essas forças em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais, sem gasto aparente de energia²⁴.

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil da “redemocratização” de 1945 a Igreja Católica combateu as ideias comunistas e a publicação do jornal *A União*, mencionada acima, serve para demonstrar como se configuravam as relações de força entre as autoridades paraibanas ou mandatários de plantão e os militantes comunistas locais, em que os primeiros acusavam os últimos de serem elementos intrusos à “redemocratização”, ou seja, perturbadores do processo democrático.

O poder simbólico se refere à capacidade de intervir no curso dos eventos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos através da produção e transmissão de formas simbólicas. Então, para exercer esse poder, o Estado paraibano e os seus mandatários de plantão utilizaram-se de vários tipos de recursos, dentre eles o jornal escrito, que produziu e transmitiu capital simbólico. Assim, conhecer a representação simbólica do periódico *A União*, que, além de ser o órgão oficial do governo, era o meio pelo qual se fazia falar a Igreja Católica, torna-se um caminho para se compreender o poder político dominante naquela sociedade e o modo como as representações de signos ou símbolos no espaço social tornavam-se armas de combate dos grupos políticos dominantes na busca por sua legitimidade.

A presença eleitoral comunista, cada vez mais concreta, chamou tanto a atenção da Igreja que esta, de imediato, constituiu a seção estadual do Partido Democrata Cristão, cuja base residia na Liga Eleitoral Católica e na própria Arquidiocese. A primeira cuidou em reafirmar os princípios programáticos da Igreja – indissolubilidade dos laços familiares, ensino religioso, legislação do trabalho inspirada nos preceitos cristãos. Já a arquidiocese

²⁴ Ibidem, p. 15.

manifestou-se através da pastoral do Arcebispo Dom Moisés Coelho, o que se percebe pelo fragmento do artigo “A Igreja e o Atual Momento Político Brasileiro – Orientação aos Católicos”, a seguir:

Em qualquer dos dois principais candidatos podem os católicos votar. Quanto aos candidatos da representação federal falará a LEC. Há, porém, doutrinas político-sociais que devem ser repudiadas pelos católicos, impugnadas e combatidas pelos legítimos brasileiros, porque contém na sua dialética, princípios contra a Igreja, contra a Pátria e contra a família²⁵.

Nas proximidades do pleito presidencial, a LEC continuou a se dirigir, através do referido jornal, ao eleitorado paraibano, orientando que “todos os partidos, exceto o comunismo, estão aprovados, (...) quem combater o materialismo pode estar certo de que estar defendendo a fé católica, as tradições nacionais, os direitos e os interesses da Igreja e do Brasil”²⁶. É interessante observar que acontecia entre o leitor e este periódico um verdadeiro pacto de confiança: o primeiro acreditava na veracidade daquele veículo e este, por sua vez, realizava todo um processo de investimento de sentido na realidade, através de operações discursivas que se revestiam de “objetividade” e “imparcialidade”. Portanto, mais do que eficácia real, a objetividade e a ancoragem factual conferiam ao texto jornalístico eficácia simbólica.

Durante a campanha desse pleito eleitoral, constatamos que o principal adversário dos comunistas naquela luta ideológica foi a Igreja Católica. Absolutamente anticomunista, dignitários católicos, através do jornal *A União*, e párocos locais equiparavam os seguidores de Prestes ao demônio e diziam que era necessário que fossem exorcizados. Não obstante, também merece considerar

²⁵ Jornal *A União*, 18 de novembro de 1945.

²⁶ Idem.

que, apesar da votação amortizada, o PCB conseguiu votos em trinta e três dos até então quarenta e um municípios paraibanos.

2.2. A eleição estadual de 1947: “lembrai-vos de 1935!”

Passadas as eleições de 1945, as atenções na Paraíba voltaram-se para o pleito de 19 de janeiro de 1947, que tinha por finalidade eleger o governador, o vice-governador e os deputados estaduais. Ao governo do Estado concorreram Oswaldo Trigueiro (UDN), Alcides Carneiro (PSD) e José Wandregisero Dias (PCB), quadro esse que representa as relações de poder entre as elites e seus representantes no poder estadual²⁷ e as lideranças comunistas que falavam em nome das classes pobres em geral: de um lado, o Estado e seus afins que promoviam um discurso representativo sobre o comunismo cujo fim era criar, no imaginário social paraibano, uma ideia apocalíptica sobre o PCB; e, de outro, os

²⁷ No decorrer desse processo, observamos que tanto o PSD quanto a UDN se fizeram presentes no governo do Estado da Paraíba. Ruy Carneiro, que assumiu a legenda do PSD, vinha na interventoria estadual desde 1940 e, pretendendo disputar o mandato de governador, passou o exercício da administração ao Secretário do Interior Samuel Duarte, nomeado por Getúlio Vargas no dia 27 outubro de 1945. Com a deposição de Vargas no dia seguinte, a presidência da república passou a ser exercida, transitoriamente, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares. Este, no dia 03 de novembro, nomeou, para a Interventoria paraibana, o desembargador Severino Montenegro, que deu coloração udenista à nova gerência estadual. Essa manobra política fez o candidato da UDN à presidência, Eduardo Gomes, sair vitorioso na Paraíba; quadro que não se repetiu no país que elegeu Dutra presidente. Como as eleições para governadores estaduais só se processariam em 1947, a classe política paraibana pessedista cuidou em reivindicar do novo presidente a nomeação de Odon Bezerra para ocupar a Interventoria da Paraíba, sendo este empossado em 14 de fevereiro de 1946.

militantes comunistas que promoviam explícita reação à ordem estabelecida.

Apesar do processo de “redemocratização” vivido, visivelmente recrudescia no país a intolerância quanto às manifestações populares. No início de 1946, após o PCB e a facção avançada da UDN terem realizado um comício no Bairro do Roger, na capital paraibana, o Jornal Católico *A Imprensa*²⁸, que havia reaparecido, passou a perseguir os atos dos comunistas, divulgando chamadas em letras garrafais na sua primeira página, como as das edições de 27 e 29 de março e 24 de maio de 1946, respectivamente:

Operários da Paraíba. Lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete trair a PÁTRIA – Pátria que é vossa e de vossos filhos! (Jornal *A Imprensa*, 27 de março de 1946).

O chefe Luiz Carlos Prestes, é um agente de governo estrangeiro, advoga no Brasil os interesses da Rússia e o comunismo tenta prolongar noutras nações o domínio moscovita (Jornal *A Imprensa*, 29 de março de 1946).

Operários do Roggers lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete trair a PÁTRIA, essa Pátria vossa e de vossos filhos!²⁹

A forma como foram redigidas a primeira e terceira chamadas acima deixa claro como a sociedade paraibana de então imaginava o movimento comunista de 1935, projetado, enquanto

²⁸ Esse diário foi fundado no Estado em 1897 por Don Aduino Aurélio de Miranda, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba. Na década de 1930, exerceu um papel de propaganda aberta pró-integralismo e de postura totalmente anticomunista. Porém, quando o interventor Ruy Carneiro foi empossado, a 15 de agosto de 1940, pretendendo subordinar diretamente o operariado e os demais segmentos sociais, passou a dispensar a intermediação da Igreja. As relações entre a Arquidiocese e a Interventoria se agravaram a 31 de maio de 1942, quando o interventor mandou fechar o jornal. Em março de 1946, Dom Moisés restabeleceu o periódico. Cf. MELLO, 2003, p. 39.

²⁹ Jornal *A Imprensa*, 24 de abril de 1946.

discurso, na memória oficial como a “Intentona Comunista”³⁰. Percebe-se também como, durante a “redemocratização”, recorria-se à rememoração dos fatos ocorridos em 1935 (melhor dizendo, a versão oficial sobre eles) como uma arma importante na propaganda anticomunista que, para tanto, cunhou a expressão “*Lembraí-vos de 1935*” para reforçar o temor ao comunismo. A partir de então, e frequentemente agindo com eficácia, a propaganda conservadora procurou mobilizar a sociedade contra os “comunistas” através da advertência de que, caso não fossem detidos, eles cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935. Desse modo, os discursos e imagens construídos em torno da “Intentona” tornaram-se um dos esteios do anticomunismo paraibano, oferecendo suporte político-ideológico para justificar as campanhas de repressão.

Não poderíamos deixar de destacar, no contexto dessa campanha, o reaparecimento do jornal *A Imprensa*, que, junto ao *A União*, passou a ser instrumento de construção do sentido do mundo social. Consideramos que um órgão editorial como o da arquidiocese paraibana, diferentemente do estatal, tem um caráter muito particular, pois

³⁰ Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem à formação de uma verdadeira lenda depreciativa em torno da “Intentona Comunista” (Intentona = intento louco, motim insensato). O movimento foi representado como exemplo de concretização das características malélicas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta, os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. Cf. MOTTA, 2002, p. 52.

a mídia religiosa, alinhando dois discursos legitimantes, o religioso e o da mídia – um por sua condição de dogma revelado, outro por sua pretensão a uma impossível e indesejável objetividade –, procura reforçar esta ou aquela posição, com o cuidado que tais questões possam ter aparência e relevância doutrinária que justifique sua presença em um veículo religioso³¹.

Assim, os agentes católicos da luta em questão disponibilizavam toda sua aparência de objetividade e isenção para impor, através desses artifícios, uma determinada representação de mundo. Desse modo, o jornal *A Imprensa* passou a ser um grande agente da violência simbólica³², com vistas à manutenção do poder então estabelecido. Um poder que já não procurava apenas coagir fisicamente, mas construir no interior dos indivíduos, através do discurso jornalístico, os valores necessários à sustentação das estruturas sociais, justificando determinadas práticas em detrimento de outras. Nesse sentido, Bourdieu ainda diz que

o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada as coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo – classe, sexo, religião, nação – só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros

³¹ MARTINO, 2003, p. 55.

³² Forma invisível de coação que se apoia, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Cf. BOURDIEU, 1989.

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento³³.

Bourdieu debateu firmemente a questão da grande vantagem daqueles que têm os meios de atuar de uma maneira que passa fundamentalmente pela linguagem e por sua capacidade de fazer com que o outro aceite uma representação da realidade, que não tem necessidade de ser objetiva para ser aceitável – e não o é a maior parte do tempo –, mas que é concebida para apresentar a realidade a seu favor e servir a seus próprios fins. O poder simbólico é, sobretudo, o poder de levar os dominados a perceberem e descreverem as coisas como aqueles que ocupam posições dominantes têm interesse que eles vejam e descrevam.

Dessa maneira, constatamos que as fomentações ideológicas, carregadas de representações sobre o comunismo, aumentavam à medida que se aproximava o dia daquelas eleições, contribuindo, sobremaneira, para o pequeno resultado eleitoral do PCB paraibano.

Tão logo se processou esse segundo momento da “redemocratização” brasileira (eleições para governador, vice-governador e deputados estaduais) o movimento de afirmação política do PCB foi brutalmente interrompido. Tal fato se deu no contexto da Guerra Fria, após o ex-primeiro ministro inglês Winston Churchill anunciar a criação da “Cortina de Ferro” na Europa e os Estados Unidos da América decretarem a Doutrina Truman de segurança nacional contra o comunismo.

Nesse sentido, o presidente do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra, adotando imediata postura de contenção aos “vermelhos”, solicitou do Congresso Nacional o rompimento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral processo referente à cassação do registro do partido e dos mandatos de

³³ Idem, 1990, p. 167.

todos os seus representantes parlamentares eleitos, alegando que o partido era um instrumento da intervenção no país, o que foi aprovado em 07 de maio de 1947, através da Resolução nº 184.

2.3. “Diga com quem tu andas que direi quem tu és”: eleições municipais de 1947

Decretada a ilegalidade do PCB e tendo em vista as eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, a realizarem-se em 12 de outubro de 1947, os militantes comunistas brasileiros procuraram guarida nas legendas legalmente reconhecidas para que, assim, pudessem concorrer aos processos eleitorais³⁴.

Em nossas análises, constatamos que, no decorrer dessa campanha, o então governador da Paraíba, Oswaldo Trigueiro (UDN), eleito com o apoio udenista de Argemiro de Figueiredo, que representava os interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão, permaneceu instrumentalizando o poder

³⁴ Na capital paraibana, os pecebistas aproximaram-se da UDN, apoiando as candidaturas de Luiz de Oliveira Lima e Vasco Toledo para prefeito e vice, respectivamente, que tinham como principal adversária a chapa do PSD, composta por Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Jocelino Francisco Mota. Em troca deste apoio, consubstanciou-se a pretensão dos pecebistas em movimentarem-se para eleger o gráfico comunista João Cabral Batista a uma cadeira na Câmara Municipal. Já em Campina Grande, os militantes comunistas, diferentemente dos da capital, não apoiaram a UDN e aproximaram-se da Coligação Democrática Campinense, que tinha como candidato a prefeito o médico Elpídio de Almeida e a vice o capitão do exército Antônio Rodembusch. A contragosto do Diretório Estadual, arregimentou-se a campanha para vereador do comerciário João Cavalcanti Pedrosa pelo Partido Socialista Brasileiro. Cf. SYLVESTRE, 1982.

estatal no sentido de continuar empreendendo, através dos jornais, o poder de propaganda anticomunista e garantir assim a hegemonia das classes em nome das quais falava.

Desse modo, essa campanha eleitoral pode ser considerada uma das mais duras, do ponto de vista ideológico, do processo de “redemocratização” iniciado em 1945, uma vez que é perceptível o recrudescimento à depreciação aos militantes comunistas. A imprensa continuava sendo uma das principais protagonistas de várias ações políticas contra os marxistas da Paraíba, o que só fazia aumentar o abismo do relacionamento entre grande parte da sociedade paraibana e os comunistas.

Um fato que exemplifica essas ações aconteceu quando o Centro dos Universitários Paraibanos, em 20 de maio de 1947, fez uma extensa programação para lembrar o líder estudantil comunista pessoense Baldomiro Solto, que tinha sido responsável pela fundação da entidade e que há um ano havia aparecido morto na praia de Tambaú em João Pessoa, aos 21 anos de idade. Dois dias depois das comemorações o jornal *A Imprensa*, não se referindo ao nome de Baldomiro Souto, mas ao fato do suicídio, insinuou em seu editorial “Comunismo, Inimigo da Mocidade” que:

Suicídio entre jovem que tem formação marxista deve-se ao fato do apego que ele tem ao materialismo e o desprezo pelo destino eterno. (...) Malditos os princípios que reduzem o ser humano a um punhado de matéria, sem alma e sem um destino eterno. (...) Fazem despertar até aos jovens, para quem a vida deveria ostentar-se como o mais doce dos sorrisos³⁵.

Este editorial serviu ainda mais para promover as representações sobre os comunistas paraibanos e a fomentar na referida sociedade imagens negativas que apontavam o marxismo

³⁵ Jornal *A Imprensa*, 22 de maio de 1945.

como responsável por ter perturbado a cabeça do líder estudantil, levando-o ao suicídio.

Neste pleito, o jornal *A Imprensa* foi incansável na condenação ao comunismo, através de constantes e repetitivos artigos, evidenciando “a apropriação que o discurso jornalístico faz da política”³⁶. Defendeu, aberta e convictamente, a tríade “Religião, Pátria e Família”, a livre iniciativa e a defesa da propriedade. Da mesma forma, atribuiu ao comunismo o papel de “inimigo” e a personificação do mal. Uma particularidade, no desenrolar da Guerra Fria, atrelada ao poder atômico de ambas as potências envolvidas, foi o tom apocalíptico que a acompanhava e que foi assumido, sobremaneira pelos Estados Unidos. O sucursal católico representava e ilustrava de forma brilhante este pensamento nas páginas de suas edições. Ao incorporar este mesmo tom dantesco em suas narrativas, contribuiu para alimentar um temor constante, tanto em relação a uma guerra atômica quanto a uma possível dominação mundial pelo comunismo.

A Igreja Católica, falando através de seu órgão editorial, abriu as baterias contra os comunistas e as agremiações partidárias que abrigaram os membros do PCB. Na sua primeira página, de 05 de outubro de 1947, os membros da Liga Eleitoral Católica pediram aos fiéis da Igreja que não votassem nos candidatos da UDN que concorriam às prefeituras de João Pessoa e Mamanguape porque eles haviam abrigado candidatos comunistas, conforme segue:

É preciso que se faça uma distinção: se a legenda da UDN, nas secções municipais de João Pessoa e Mamanguape, dado o acordo e a ligação com os comunistas, é considerada suspeita e por isso mesmo não possam os católicos e bons brasileiros sufragar-lhe os nomes, de plena consciência, não o será, porém, nos outros municípios paraibanos onde os candidatos da UDN souberam respeitar

³⁶ MARIANI, 1998, p. 227.

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

os sentimentos religiosos do eleitorado. (...) Chamamos ainda a atenção dos católicos para o PSB, que em Santa Rita e Mamanguape recolheu na sua chapa elementos comunistas das mais variadas graduações do extinto partido³⁷.

O jornal católico continuou, durante todos os dias da semana que antecederam as eleições, alertando o eleitorado católico a não votar nos candidatos comunistas e em quem estes estivessem apoiando. Em uma nota oficial da Liga Eleitoral Católica, que foi publicada nos dias 07 e 12 de outubro de 1947, dia da eleição, os anticomunistas afirmavam:

O comunista, justamente por professar uma ideologia totalmente oposta à concepção cristã da vida, como qualquer outro cujas idéias se afastam da doutrina católica, não poderá de nenhuma maneira receber os sufrágios dos católicos nem mesmo figurando em legendas de outros partidos. É lamentável que a UDN tenha incluído entre seus candidatos nome de comunista declarado³⁸.

E nos dias que antecederam o pleito, as publicações nesse jornal se intensificaram na tentativa de desfazer as propagandas que os comunistas fizeram em defesa de seus candidatos. Mais uma vez, o periódico insistia para que os católicos não votassem neles:

Não deixa de ser estranhável a desenvoltura com que conhecidos elementos comunistas da cidade percorram os nossos bairros a serviço de propaganda de serviços dos candidatos a que eles chamam, por eufemismo, de populares. Não sabemos se assim agem com beneplácito das autoridades policiais³⁹.

³⁷ Jornal *A Imprensa*, 05 de outubro de 1947.

³⁸ Jornal *A Imprensa*, 07 e 12 de outubro de 1947.

³⁹ Jornal *A Imprensa*, 09 de outubro de 1947.

Candidatos comunistas ou os que se servem da propaganda e dos votos comunistas não merecem o sufrágio dos católicos⁴⁰.

Todas as legendas e nomes de candidatos na capital, excetuando-se os do Partido Comunista e os que mantêm com o mesmo alianças suspeitas, merecem o sufrágio do eleitorado pessoense⁴¹.

À medida que se aproximava o pleito, esse jornal publicou incontáveis e repetitivos artigos condenando e execrando os comunistas e mesmo quando o assunto não se referia ao tema não era perdida a oportunidade de depreciá-los. De acordo com Mariani, no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão surgindo, muitas vezes, de forma dissimulada, ditos ao acaso, aparentando não haver ligação entre si. Porém, ganham visibilidade pela força da repetição e “pela crítica às vezes nítidas, às vezes sutilmente disfarçadas em explicação”⁴².

Necessário se faz reiterar a relevância do papel da imprensa na construção de um imaginário a respeito dos comunistas. Na relação sujeito-narrador-leitor, o jornalista é visto como alguém que detém o conhecimento, “se investe e é investido pelo leitor como aquele que sabe”⁴³. Portanto, quem escreve usufrui uma posição privilegiada para influenciar o leitor.

Nesse jornal, a imagem do comunismo era constantemente veiculada e reforçada por esta repetição constante. Tal regularidade expressava todo um comprometimento ideológico com a causa anticomunista. Assim, o jornal descrevia os comunistas como a personificação do mal, o demônio com todos os seus atributos. O tom que a campanha anticomunista atingiu pode ser vislumbrado através de alguns exemplos: os comunistas foram chamados de

⁴⁰ Jornal *A Imprensa*, 10 de outubro de 1947.

⁴¹ Jornal *A Imprensa*, 11 de outubro de 1947.

⁴² MARIANI, 1998, p. 63.

⁴³ *Ibidem*, p. 100.

“piratas”, “desvairados”, “paranoicos”, “degenerados”, “tresloucados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “horda” (asiática, tartária, mongólica), entre outros epítetos. E o mais grave: atingia a moral cristã, admitindo o divórcio, o amor livre e o aborto, o que era entendido como um incitamento à dissolução da instituição familiar, como demonstravam as afirmações do artigo “*A RÚSSIA e o Amor Livre*”, que segue:

A revolução socialista de outubro (1917) aboliu a desigualdade política, jurídica e econômica da mulher, mas houve quem interpretasse erroneamente essa liberdade (...). Numa sociedade estritamente socialista, tal prática conduz a um relaxamento de costumes indigno do homem, suscita problemas pessoais, infelicidade e dissolução da família⁴⁴.

A demonização do comunismo, adotada pela imprensa, era de uso corrente no jornal *A Imprensa*, que se baseava em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais de variadas espécies. A luta entre capitalismo e socialismo passou a representar a luta do “bem” contra o “mal”, o embate entre Deus e o Diabo. O demônio era sedutor, astuto, sorrateiro, insidioso, envolvia suas vítimas inocentes com mentiras e falsas promessas. Era assim, naquela ótica, que o comunismo agia com suas vítimas, iludindo-as com falsas promessas de igualdade para depois escravizá-las: “mais de um bilhão de pessoas, metade da população do mundo, são vulneráveis à sedução comunista”, afirmava o artigo citado. Dizia ainda que o comunismo era perigoso, contagioso como uma doença: “a doença é um mal, mas a pior de todas as doenças é o comunismo. A própria Rússia era um gigante enfermo”⁴⁵.

Rodrigo Patto Sá Motta chama atenção para o fato de que, ao comparar o comunismo a doenças, a intenção era mostrar que

⁴⁴ Jornal *A Imprensa*, 13 de outubro de 1947.

⁴⁵ Idem.

os comunistas só poderiam ser doentes. Certamente, pessoas saudáveis, em plena sanidade, não adotariam o comunismo como credo. O autor também aponta para as representações ligadas a animais, tais como a aranha, o polvo, etc., que pretendiam representar o projeto comunista de dominação mundial. Nesta analogia, o comunismo, “com suas teias e tentáculos, urdia silenciosamente uma cilada para os povos incautos”⁴⁶. A União Soviética era identificada como centro irradiador do mal. Deste modo, “o comunismo deixa de ser um conceito político para tornar-se a imagem de um país”⁴⁷.

Concluimos, portanto, chamando a atenção para o papel que alguns discursos impressos nos jornais “*A União*” e “*A Imprensa*”, relacionados ao Estado e à Arquidiocese, respectivamente, passaram a ter ao procurar criar e ordenar acontecimentos de acordo com certa representação da realidade; desse modo, o importante é, sobretudo, procurar perceber como tais periódicos e seus discursos expressaram suas sensibilidades políticas, ou seja, quais eram os seus posicionamentos frente ao PCB paraibano no pós-“redemocratização” de 1945. Destarte, evidenciam-se como os atuais estudos da História Política não podem dispensar a imprensa enquanto fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornal *A União*, 24 de abril de 1945;

Jornal *A União*, 05 de setembro de 1945;

⁴⁶ MOTTA, 2002, pp. 52-54.

⁴⁷ MARIANI, 1998, p. 147.

Jornal *A União*, 18 de novembro de 1945;
Jornal *A Imprensa*, 27 de março de 1946;
Jornal *A Imprensa*, 29 de março de 1946;
Jornal *A Imprensa*, 24 de abril de 1946;
Jornal *A Imprensa*, 22 de maio de 1945;
Jornal *A Imprensa*, 05 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 07 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 09 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 10 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 11 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 12 de outubro de 1947;
Jornal *A Imprensa*, 13 de outubro de 1947;
Jornal *A União*, 26 de julho de 2003;
Jornal *A União*, 27 de julho de 2003;

Bibliografia

- ARONOVITZ, Stanley. “Pós-Modernismo e Política”. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pós-modernismo e Política*. Tradução: Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, pp. 151-175.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Tradução: Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Imprensa e Ensino na Ditadura”. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e seu*

Tempo: encontros com a História. São Paulo: Editora UNESOP: ANPUH, 2008, pp. 95-116.

LE GOFF, Jacques. “A Política: será ainda a ossatura da História?” In: *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução: José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1972, pp. 221-242.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos, novos problemas e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LUCA, Tania Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e Poder Simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MELLO, José Octávio de Arruda. “João Santa Cruz: o patriarca do comunismo na Paraíba”. In: *História e Debate na Assembléia da Paraíba*. João Pessoa: A União, vol. I, 1996, pp. 485-586.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Nos Tempos de Félix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937-1947)*. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *A Nova História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PROST, Antoine. “Social e Cultural, Indissociavelmente”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para*

Capítulo VIII - A História Política por meio da Imprensa

Uma História Cultural. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 123-138.

SILVA, Hélio. *1935: a Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SYLVESTRE, Josué. *Lutas de Vida e de Morte: fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

TRINDADE, Marcos Augusto. *Arquidiocese da Paraíba: 110 anos de Evangelização*. João Pessoa: Gráfica/UNIPÊ, 2004.

CAPITULO IX

Com as Fotografias em Cima da Mesa: *o que fazer historiador?*¹

José Luciano de Queiroz Aires

1. Introdução

A modernidade trouxe consigo o daguerreótipo. Pela primeira vez, no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades em detrimento do olho². São tempos de máquinas e fábricas funcionando a todo vapor; de cidades que crescem em ritmos frenéticos; de classes que se organizam e lutam; de hegemonia do discurso calcado em preceitos técnico-científicos; do trem que rasga trilho afora, carregando o discurso do progresso; das cadeias jornalísticas que fazem circular cotidianamente as informações; ou melhor, dos signos representativos dos transportes e comunicações que encurtam as distâncias e começam a fazer o mundo ficar menor; enfim, de descobertas e invenções como o cinema, a indústria fonográfica e a fotográfica.

¹ Este ensaio é parte integrante da avaliação da disciplina *Linguagens Historiográficas*, ministrada pelos Professores Dr. Élio Chaves Flores e Dra. Regina Maria Rodrigues Behar no PPGH/UFPB.

² BENJAMIN, 1994, p. 166.